

É PRECISO MUDAR E RENOVAR A FENASPS PARA LUTAR

Tese para o XV CONFENASPS

Congelamento de verbas por 20 anos, perspectiva de congelamento e redução do salário real, inexistência de concursos, terceirização via ACTs e OS's, desmonte e fechamento de unidades e de serviços oferecidos, demissão por insuficiência de desempenho. São ataques que nós servidores públicos já estamos sofrendo ou estão em vias de ocorrer, o desemprego, o arrocho salarial e a perda de direitos que atinge o conjunto da classe trabalhadora não passa imune ao serviço público.

Todos estes ataques advêm do neoliberalismo radical exercido pelo governo Temer, que foi imposto para garantir que um novo nível de exploração seja aplicado sobre a classe trabalhadora. Derrotar os ataques significa derrotar toda esta política de Estado que cruza a maioria dos partidos de nossa elite governante. Definitivamente não é uma tarefa simples, e requer de nós o máximo de organização e unidade da classe trabalhadora.

Frente a este cenário, é preciso que nós, trabalhadores da seguridade social, avancemos no processo de resistência, como fizemos na grande greve geral do dia 28/04. A FENASPS tem um papel fundamental a cumprir nesse sentido, é preciso unificar nacionalmente uma das maiores categorias do serviço público como um punho só para esta batalha.

Porém, para isso nossa federação precisa solucionar sua crise de representatividade, precisa se modernizar, estabelecer mecanismos de diálogo, e voltar a se aproximar de nossa categoria em cada local de trabalho. Nossa atual estrutura de funcionamento é insuficiente para responder aos desafios que nos são impostos. Precisamos avançar sem medo, e é para isso que viemos a público com nossas propostas. A mudança e a renovação urgem!

ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO E CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES

Estamos vivendo tempos difíceis para os servidores públicos e os trabalhadores em geral. Diariamente os governos de todas as esferas e os analistas nos meios de comunicação apontam os servidores públicos e os direitos sociais como os principais vilões pelo déficit das contas públicas. Por meio desse discurso pretendem justificar a necessidade de implementação de medidas que atacam frontalmente direitos e conquistas históricas da sociedade brasileira,

como é o caso da PEC N° 55 (PEC do “fim do mundo”), da reforma da previdência, da reforma do serviço público, entre outras.

Entre as últimas medidas promovidas pelo governo contra o funcionalismo, estão os projetos de aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, redução da remuneração inicial do funcionalismo, redução das verbas indenizatórias (vale-alimentação, participação de saúde e auxílio-creche), aumento do interstício para as progressões funcionais para todas as carreiras do executivo, instituição do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), possibilidade de redução da jornada com redução salarial e licença incentivada (não remunerada). Esse pacote é um brutal ataque contra os servidores, além de representar grande risco para as carreiras para o próprio serviço público.

Para tentar legitimar a implementação dessas medidas perante a sociedade, o governo, especialistas e analistas nos meios de comunicação argumentam que não há dinheiro para cobrir os gastos públicos e que, assim como na economia doméstica, é necessário promover cortes. Se de fato o rombo nas contas públicas é tão grande como afirmam, e ainda, se é possível comparar a economia nacional à economia familiar, todos sabemos que, quando se torna necessário fazer cortes no orçamento doméstico, abrimos mão de coisas menos relevantes para podermos manter o que julgamos essencial. Há uma escolha do que se deve ou não cortar.

No caso do país, o governo fez uma escolha política em promover cortes para alavancar os lucros dos grandes empresários e pagar os juros da dívida pública em detrimento da sociedade, dos serviços públicos e dos servidores. É ilustrativo dessa opção política que, ao mesmo tempo em que o governo fala aos quatro cantos do déficit da previdência, não adota qualquer medida efetiva para cobrar o débito das empresas com o INSS, que acumulam dívida de R\$ 426 Bi, cerca de três vezes o déficit anunciado.

Importante ressaltar que todas essas medidas de ajuste que vem sendo implementadas pelo governo federal visam efetivar dois objetivos estratégicos: o primeiro, de curto prazo, é realocar dinheiro da previdência, da saúde, dos demais serviços públicos e da folha de pagamento dos servidores, para garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública que, segundo último levantamento da Auditoria Cidadã, consumiu 42,43% do orçamento público executado em 2015, além de ampliar a margem para custear o fomento de empresas e negócios privados através do BNDES e de benefícios fiscais.

O segundo objetivo, de médio e longo prazo, é transferir, para as mãos da iniciativa privada, um conjunto de serviços públicos que têm a viabilidade de se tornarem altamente lucrativos. Dentre esses serviços está a previdência social, cujas reformas operadas em 1998 e 2003 e a que tentam implementar agora, vão no sentido de torná-la um sistema capitalizado. No

mesmo bojo está a saúde pública, onde diversos hospitais já vêm sendo geridos por entidades de caráter privado sob a égide do marco regulatório do terceiro setor (Lei 13.019/2004), e onde o próprio SUS corre risco de ter substituído parte dos seus procedimentos pelo chamado plano popular de saúde, gerido por operadoras privadas, conforme proposta encaminhada pelo governo à ANS ainda neste ano.

Importante ressaltar que todas as principais medidas de ajuste que enfrentamos hoje, desde a reforma da previdência e a reforma do serviço público, até a reforma trabalhista já sancionada, foram gestadas ainda durante o governo Dilma como resposta à crise econômica. Porém, devido à sua falta de legitimidade e paralisia, o governo da petista não teve força suficiente para implementá-las na velocidade e profundidade exigida pelos banqueiros e grandes empresários. Com a queda de Dilma o governo Temer superou essa paralisia e, respaldado pela maioria dos partidos no Congresso e pelo setor econômico, conseguiu imprimir um ritmo acelerado aos planos de ajuste, ainda que envolto nos mesmos escândalos de corrupção.

Isso nos permite afirmar que, pelo ímpeto com que tem conseguido implementar o ajuste contra os servidores e os trabalhadores em geral, o governo Temer é uma continuidade piorada do que foi o governo Dilma. É sua metastese. As primeiras medidas de Temer a frente do governo federal desfizeram quaisquer ilusões de que o impeachment resolveria os problemas do país. Além continuarem aparecendo novos escândalos de corrupção, tornando evidente o envolvimento de quase todos os partidos com representação no Congresso Nacional, acelerou e aprofundou a implementação do ajuste contra os servidores, os serviços públicos e a população em geral.

Os dias de luta desenvolvidos no primeiro semestre de 2017, desde o 8 de março, passando pelo dia nacional de lutas em 15 de março, a greve geral do dia 28 de abril e o ocupa Brasília do dia 24 de maio, demonstraram que a única forma de enfrentarmos a esses ataques é a través da luta e mobilização dos trabalhadores. Todas essas mobilizações, centradas na luta contra as reformas, foram determinantes para reduzir o ímpeto do governo, colocando em cheque a implementação do ajuste. Portanto foi correta e importante a nossa participação, juntamente com outras categorias do serviço público e dos trabalhadores em geral, nessas batalhas.

A greve geral de 30 de junho poderia ter sido uma importante batalha para derrotar de vez os planos de ajuste, porém, o PT, a CUT e as demais organizações que orbitam nesse campo, recuaram pressionados pela dimensão que o movimento adquiriu. A inação conivente do PT só vem a demonstrar que, no fundo, preferem que Temer aplique as reformas antes de uma hipotética eleição de Lula em 2018, que desde já se nega a reverter tais ataques caso eleito. Isso

prova que, além de estarem envolvidos nos mesmos esquemas de corrupção, estão todos eles comprometidos com medidas de ajuste contra os trabalhadores.

O enfraquecimento do movimento de resistência ocorreu por conta da traição da Força Sindical e da UGT, que apóiam o governo e trairam a greve geral em prol de uma promessa de manutenção do imposto sindical, e também pelo recuo do PT e da CUT. Ao mesmo tempo, Temer conseguiu impedir as investigações a respeito da delação dos executivos da JBS, por meio de compra de votos e apoio do PSDB, DEM e outros partidos corruptos e fisiológicos. Esses fatores criaram um novo cenário favorável ao governo. Tentarão, com isso, retomar o ritmo do ajuste e dos ataques contra os servidores e a população.

A nós, caberá organizar a resistência frente a esses ataques, juntamente com as demais categorias do serviço público e dos trabalhadores em geral, o que passa por retomar a luta contra a reforma da previdência e contra a terceirização ou privatização dos serviços públicos. Mas precisamos ir além das lutas defensivas. Todos os ataques e os planos de ajuste que temos enfrentado fazem parte de um plano maior, que pretende jogar sobre as costas da sociedade os custos da crise. Por isso, precisamos começar a debater a construção de um programa alternativo dos trabalhadores, a partir dos seus anseios e suas necessidades, que deve ser encabeçado pelas suas organizações.

Organizar a resistência para enfrentar o ajuste e construir uma alternativa dos trabalhadores são as duas principais tarefas colocadas diante de nós para o próximo período. Nesse

contexto, a FENASPS deve estar preparada para esses desafios, armada com uma política correta, que permita assumir papel protagonista nesse processo. Essa política deverá estar calçada nas seguintes bandeiras:

- Ampla unidade de ação e luta entre os servidores das três esferas e os trabalhadores em geral, pela defesa dos direitos e contra os planos de ajuste.
- Contra a reforma da previdência. Em defesa da previdência pública.
- Em defesa da saúde pública, gratuita e universal.
- Contra a privatização e a terceirização dos serviços públicos.
- Contra a corrupção, punição e confisco de bens de todos os corruptos e corruptores.
- Total autonomia e independência em relação a todos os governos e demais poderes do Estado.

CARREIRA DO SEGURO SOCIAL

O principal debate que enfrentamos hoje no INSS diz respeito a implementação do INSS Digital e do reconhecimento automático do direito. Antes de mais nada queremos afirmar categoricamente que não somos contra a modernização das nossas ferramentas de trabalho ou a adoção do processo eletrônico. Pelo contrário, a implantação de sistemas que facilitem tanto o trabalho dos servidores como o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelo INSS é uma bandeira que nós, enquanto servidores, sempre defendemos. Nossa principal preocupação é como a implantação desses projetos irá afetar o nosso trabalho e o atendimento à população, em especial nas atribuições e responsabilidades que teremos nesse novo modelo, e quais contrapartidas haverá na carreira.

Dois aspectos nos chamam a atenção: primeiro que projeto do INSS Digital possibilita, através de acordos de cooperação técnica, a terceirização e privatização de parte das atribuições que hoje são específicas da carreira do seguro social, como juntada de documentos, autenticação e entrevista rural. Com isso, esses serviços poderão ser realizados por funcionários de prefeitura, sindicatos, advogados, associações ou mesmo por empresas privadas. Segundo que o projeto de reconhecimento automático do direito prevê a possibilidade de o sistema, a partir dos dados do cadastro, fazer automaticamente a análise dos benefícios. É inevitável nos questionarmos quais atribuições restarão para os servidores do INSS no caso de implementação desses dois projetos, ainda que a médio prazo.

A resposta que a atual direção do INSS tem apresentado para esse questionamento é que os servidores administrativos serão alçados ao papel de “gestores” do cadastro ou “juízes” dos

processos, além de, futuramente, assumirem funções de fiscalização e auditoria. Porém nenhum debate mais aprofundado a respeito desse tema é desenvolvido, muito menos no Ministério do Desenvolvimento Social ou no Ministério do Planejamento onde, de fato, se definem as atribuições e estruturação da carreira. A implementação do INSS digital e da reestruturação do trabalho no Instituto seguem sendo implementadas de forma unilateral, sem qualquer diálogo com a categoria.

Entendemos que a reestruturação e modernização do trabalho no INSS, ainda mais se acompanhada do aumento de responsabilidades, como funções de fiscalização e auditoria, nos abre a oportunidade de discutirmos a estruturação de nossa carreira. Se, de fato, passarmos a desempenhar funções estratégicas para a administração do sistema previdenciário, nada mais justo que nossa carreira seja reconhecida e valorizada pelo Estado, através do reconhecimento de atribuições, específicas e indelegáveis, de gestão, fiscalização e auditoria do sistema, acompanhadas de remuneração e benefícios compatíveis com a relevância dessas atribuições. Essa bandeira precisa ser reafirmada, destacada e ganhar centralidade em nossa pauta de reivindicações.

Devemos, ainda, nos opor a todas as formas de terceirização e privatização dos serviços do INSS, que vem sendo implementadas. A aprovação da terceirização irrestrita, combinada com a restrição de verbas pela PEC 55 e a perspectiva de aposentadorias de milhares de servidores nos próximos anos, volta o fantasma da terceirização, já sendo abertamente ventilada a terceirização do protocolo, chegando ao ponto de se colocarem estagiários para fazê-lo nas agências piloto.

Defendemos que todos os serviços do INSS devem continuar sendo realizados nas agências ou pelos canais remotos, o que exige a reposição do quadro de pessoal dando posse a todos os aprovados no último concurso e a realização de novos. Essa bandeira visa defender a previdência pública e evitar que os serviços sejam realizados por particulares que possam cobrar pelos serviços, além de proteger nossas atribuições específicas. Além disso devemos estar atentos para que a reestruturação do trabalho no INSS, combinada com a discussão dos índices e indicadores da GDASS, não aprofunde ainda mais a insuportável da carga de pressão por produtividade e individualização dos processos.

Todo esse debate precisa ser aprofundado na FENASPS, e esta deve desenvolvê-lo na categoria. Nesse sentido, defendemos que as seguintes bandeiras sejam incorporadas à nossa pauta de reivindicação:

- Por uma carreira do seguro social reconhecida e valorizada pelo Estado, com reserva de atribuições específicas e indelegáveis de gestão, fiscalização e auditoria sobre os serviços da

previdência social. Ingresso por meio de concurso público e pagamento de adicional de qualificação. Com jornada de 30 horas semanais. Remuneração compatível com outras carreiras estratégicas.

- Contra a terceirização e privatização do serviço no INSS. Contra os acordos de cooperação técnica. Em defesa das atribuições específicas dos servidores do INSS e da gratuidade de acesso aos serviços previdenciários para a população.

- Contra os instrumentos de pressão por produtividade e a individualização dos processos. Os novos sistemas e fluxos de trabalho devem possibilitar a qualidade do serviço realizado e a saúde e qualidade no trabalho dos servidores.

FORTALECER A LUTA DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

O Serviço Social Previdenciário existe há mais de 70 anos. Nesse período, os assistentes sociais já enfrentaram momentos de desmonte, sucateamento e tentativas de extinção do Serviço Social.

Na atual gestão do INSS, os acordos firmados entre o governo golpista de Michel Temer e a Associação Nacional dos Médicos Peritos para atacar os benefícios por incapacidade dos trabalhadores tem possibilitado um avanço da ingerência da ANMP nos serviços de Saúde do Trabalhador no INSS.

As mobilizações dos servidores do Serviço Social e Reabilitação Profissional do INSS têm sido importantes para enfrentar esse desmonte, assim como também tem sido importante a atuação das comissões nacionais desses servidores organizadas na FENASPS, fazendo a luta em conjunto com toda categoria do INSS.

Mas para frear esse desmonte é necessário romper os limites institucionais, pois nesse campo a correlação de forças não nos tem sido favorável. Entendemos que a FENASPS e os

sindicatos estaduais devem criar uma grande campanha política em defesa dos serviços previdenciários, com articulação com as centrais sindicais, movimentos sociais e populares, assim como articulação política no Congresso Nacional.

Os serviços previdenciários são direitos dos trabalhadores e de toda população, assim como todo INSS e Previdência Social estão ameaçados pelos ataques do governo Temer aos direitos dos trabalhadores e serviços públicos.

CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL

Os planos de ajuste do governo federal expressam, nos órgãos de seguridade social, pelos ataques ao SUS gratuito e universal, como o corte e contenção de verbas de custeio para a saúde e a proposta de criação de um plano popular de saúde, e o desmonte que vem sendo operado no Ministério do Trabalho, pela falta de contratação de servidores e da implementação do SUT.

O desafio que se coloca diante de nós é a luta contra a extinção das carreiras da seguridade social, a defesa de direitos adquiridos durante anos de luta e mobilização da categoria,

como também a batalha para a ampliação desses direitos e conquistas dos últimos movimentos, mas que não foram, ainda implementados pelo governo.

Assim, reafirmamos os principais pontos da nossa pauta de reivindicações.

- Definição das atribuições – nível auxiliar, técnico e especialista.
- 30 horas para a carreira, sem redução de salário.
- Incorporação da GDPST para todos (paridade).
- Adicional de qualificação.
- Instalação do comitê gestor da carreira, previsto na lei do acordo de greve 13.324/2016.
- Aprovação da anistia das punições e multas das greves ainda não resolvidas.
- Melhores condições de trabalho
- Contra os aumentos abusivos da GEAP, revisão do custeio.
- Contra o SUT, em defesa do Ministério do Trabalho e das Delegacias Regionais do Trabalho.

CARREIRA DA ANVISA

- Realização de concurso público para portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários. O déficit de RH, neste setor da ANVISA coloca em risco as ações de vigilância sanitária no país.

- Melhores condições de trabalho e salários. Substituições de equipamentos obsoletos, sistema de informática deficiente, mobiliário quebrado e ergonomicamente incorretos, falta de EPI compatíveis com as atividades, etc.

- Metodologia de controle de frequência incompatíveis com o exercício de inspeção e fiscalização. Ponto eletrônico é metodologicamente inadequado para quem faz inspeção e fiscalização em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários.

A FENASPS SOFRE DE UMA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE. SÃO NECESSÁRIAS MUDANÇAS NA SUA DIREÇÃO E ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A FENASPS é uma das principais organizações sindicais do país e tem importância histórica na unidade e na luta da categoria desde sua fundação, por meio das quais obtivemos nossas principais conquistas ao longo dos anos. Desde os primeiros anos dos governos do PT,

quando grande parte das organizações sindicais se colocaram como auxiliares da defesa e propaganda do governo, a FENASPS honrou sua história e manteve sua independência em relação ao governo, o que acabou levando ao desligamento de diversos sindicatos estaduais dirigidos pela CUT da federação. Nas greves da saúde e MTE em 2011 e 2012 e na greve dos servidores do INSS e, novamente, do MTB em 2015 mais uma vez a FENASPS demonstrou sua independência ao governo petista, e se consolidando como principal polo de aglutinação e organização da categoria durante o movimento.

Reivindicamos essa história e os acertos da FENASPS. Seguimos defendendo a nossa federação como o mais importante e combativo instrumento de luta da nossa categoria em nível nacional. Porém, os limites e as debilidades da atual direção majoritária da FENASPS impedem que ocupe o papel de protagonismo que deveria ter. A direção majoritária da federação deixou de expressar as preocupações e os anseios dos servidores nos locais de trabalho e, por isso, chegou ao limite de sua capacidade de intervenção na atual conjuntura.

Do mesmo modo a estrutura e o funcionamento da FENASPS também não refletem as necessidades da categoria. Não existe, por exemplo, uma direção executiva responsável liberada e disponível para administrar e coordenar a federação e as atividades e mantenha trânsito nos órgãos do governo e no Congresso Nacional. As próprias setoriais (INSS, MS, MTB, AN-VISA e FUNASA) não têm funcionamento, pois não há coordenação e suas instâncias, e quando funcionam, não são deliberativas. Do mesmo modo é inaceitável que uma organização nacional, do porte da FENASPS, não tenha uma estrutura profissional de comunicação e assessoria política capaz produzir e circular informações para toda a categoria. É necessário urgentemente superar todas essas debilidades.

Nesse sentido, esse próximo CONFENASPS se reveste de enorme importância. Primeiro porque será um importante espaço de reflexão e elaboração, onde definiremos a estratégia de defesa diante dos ataques implementados pelo governo e delinearemos nossa organização para o próximo período, buscando ampliar as conquistas e os direitos em favor de toda a categoria. Segundo porque será a oportunidade promovermos mudanças na organização e de elegermos uma nova direção para a FENASPS, capaz de encabeçar um movimento de renovação para melhor representar os anseios e os debates na categoria. Uma nova direção que seja capaz de enfrentar os grandes desafios que estão colocados diante de nós, com representação

de diferentes gerações e seguimentos da categoria. É PRECISO MUDAR E RENOVAR PARA LUTAR.

Com vistas nisso, propomos as seguintes mudanças estatutárias e na estrutura de funcionamento da federação:

- Previsão de renovação de 50% da diretoria a cada eleição, com vistas a incentivar a renovação dos quadros e dirigentes da federação. Nesse sentido, dos atuais 30 diretores, pelo menos 15 deverão ser renovados.

- Mudança na estrutura de diretoria: A diretoria deverá ser formada por uma secretaria de organização e uma secretaria de finanças, que juntas formarão a comissão executiva com o objetivo de administrarem a federação e coordenarem o trabalho cotidiano. Além disso deverá ser composta por uma secretaria para coordenar as atividades de cada setorial (INSS, SUS, ANVISA, MTB e FUNASA).

- Fim dos delegados natos, visando maior espaço para a participação da base nas plenárias. Hoje são 30 delegados pela direção da federação e mais um por sindicato, muitas das vezes mais da metade dos delegados não são eleitos na base, muitas vezes nem assembleias prévias são feitas. Os diretores têm o direito e obrigação de estar presentes, mas as votações devem se dar por delegados eleitos na base dos estados.

- Os encontros nacionais setoriais devem ser compostos na mesma proporção da Plenária Nacional da FENASPS passarão a ter poder deliberativo sobre os assuntos específicos de suas áreas de atuação bem como da eleição dos componentes dos Departamentos setoriais (ANVISA, INSS, SAÚDE-MTE, FUNASA, etc). A plenária nacional da FENASPS permanece deliberando sobre a política geral da federação e sua relação com conjunto do movimento do funcionalismo e dos trabalhadores em geral e como instância de recurso a deliberações dos encontros nacionais.

- Os delegados eleitos para o congresso nacional da FENASPS passarão a ser eleitos conforme a base de cada estado, como forma de estabelecer uma real proporção entre as delegações dos estados e distorções provocadas pelo poder econômico em levar as delegações.

- Profissionalização da estrutura da FENASPS. Para além da assessoria jurídica da federação, defendemos que sejam realizados convênios com entidades reconhecidas no campo da classe trabalhadora, como o DIEESE. Ou que estabeleça estruturas próprias para tais tarefas,

cabendo também a tarefa pela federação de investir em estudos em áreas de interesse da categoria.

- Assessoria política e técnica, visando o acompanhamento das questões de interesse da categoria no Congresso Nacional e órgãos do executivo, além da produção de informações para subsidiar a ação da diretoria e da categoria.

- Assessoria de comunicação, possibilitando uma comunicação e interação mais eficiente entre a federação e a categoria que está espalhada por todo o país, modernizando o sistema de comunicação e interação com a categoria por meio das novas tecnologias digitais.

FILIAÇÃO DA FENASPS À CSP/CONLUTAS: UM DEBATE NECESSÁRIO

Afirmamos que, para organizar a resistência e enfrentar os planos de ajuste que estão sendo implementados pelo governo, é necessária a mais ampla unidade de ação entre os servidores de todas as categorias e esferas e os trabalhadores em geral. Para que essa unidade se torne real e efetiva, é preciso uma organização democrática e independente, que unifique, coordene e expresse essa luta geral de todas as categorias de trabalhadores.

Esse é o papel que vêm cumprindo a CSP/Conlutas desde sua fundação. A Conlutas nasceu com a finalidade de unificar o movimento sindical combativo, que rompeu com a CUT no momento em que essa central se tornou o braço dos governos petistas no movimento sindical. Durante todos os anos dos governos petistas, a CSP/Conlutas manteve sua autonomia e independência em relação ao governo federal, e teve a necessária ousadia de se opor aos ataques promovidos por Lula e Dilma contra os trabalhadores, quando a maioria das organizações sindicais do país haviam se tornado entusiastas e cegas defensoras dos governos do PT. Manteve-se coerente frente ao processo de impeachment, onde não fez qualquer defesa de Dilma e denunciou os riscos que seriam trazidos pelo governo Temer.

Nesses aspectos, o papel da CSP/Conlutas coincide com a posição ocupada pela FENASPS durante os governos do PT e após a queda de Dilma, de modo que se tornou o polo mais dinâmico e de aglutinação do sindicalismo combativo e avesso à cooptação pelo governo petista, e que agora se mantém fiel à organização e unificação da luta dos trabalhadores e o combate aos planos de ajuste, no momento em que as organizações vinculadas à CUT e ao PT se voltam para o movimento procurando cacifar uma saída eleitoral em favor do Lula 2018.

Nesse sentido, defendemos a filiação da FENASPS à CSP/Conlutas, como parte da construção de uma alternativa dos trabalhadores. Principalmente no momento em que diversos sindicatos estaduais da nossa base, como os do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, já se

incorporaram à central. A organização desse debate, inclusive, já foi, em outro momento, aprovada nos organismos da FENASPS. Assim, o CONFENASPS deve aprofundar o debate a respeito da filiação da federação à CSP/Conlutas.

ASSINAM

Democracia e Luta, Alicerce e independentes